

**OCUPAÇÃO, DESOCUPAÇÃO E FORMALIDADE NO MARANHÃO: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA PNADC DE 2012 A 2019.**

Mário Henrique Silva de Sousa
Safira Cardoso Carvalho
Larissa Cristina Bontempo Coelho
Alex Sousa Brito

RESUMO

O presente artigo faz uma análise dos principais indicadores da força de trabalho no Maranhão entre 2012 e 2019. O objetivo do trabalho é descrever a dinâmica da ocupação e relacionar os dados sobre o emprego, desemprego, inatividade e formalidade a partir dos tipos de vínculos ocupacionais. Para tanto, realizou-se a coleta dos dados a partir dos dados trimestrais da PNADC; em seguida procedeu-se ao tratamento dos dados com métricas de mensuração como: dessazonalização e variação interanual dos indicadores.

Entre os resultados encontrados, alguns merecem destaque, em primeiro lugar, ao contrário da tendência nacional e regional, há uma estreita correlação entre os indicadores de População Ocupada (PO) e População Economicamente Ativa (PEA) no Maranhão, de forma que a queda da Ocupação, no Maranhão, também provoca a queda da Força de Trabalho (População Economicamente Ativa). Esse movimento significa que a perda do emprego do trabalhador maranhense aumenta o risco da redução da atividade econômica do Estado, uma vez que, ao perder o emprego, o trabalhador maranhense migra, em geral, para a inatividade e não para a desocupação (embora esta também seja afetada). Assim, a queda no nível da ocupação está diretamente relacionada com o aumento da População Não Economicamente Ativa (PNEA). Concluindo, portanto, que, nos períodos de retração da população ocupada, há expansão da PNEA. Ou seja, no

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



Maranhão, os trabalhadores que perdem seus postos de trabalho durante a retração da PO acabam indo para a inatividade, e não para a desocupação como seria o habitual.

Em segundo lugar, verificou-se uma significativa redução dos indivíduos que trabalham por conta própria, e uma elevação nos indicadores de trabalhadores desocupados. Dessa forma, constatou-se que os trabalhadores por conta própria são os que têm o maior peso no crescimento da taxa de desocupação, ou seja, o crescimento elevado da taxa de desocupação, no Maranhão, pode ser, em parte, explicado por uma migração dos trabalhadores por conta própria para a desocupação. Ademais, percebeu-se, ainda um comportamento relativamente estável no que diz respeito ao estoque de empregos formais, apesar da taxa de variação interanual ter apresentado relativo crescimento.

Palavras-chave: Ocupação, Desocupação, Formalidade, Maranhão

ABSTRACT

This article intends to analyse the main indicators of workforce from the Maranhão between 2012 and 2019. The objective of this work is to describe the dynamics of occupation and list the data about employment, unemployment, inactivity and formality upon the occupational bonds. Therefore, the data collect were realized about the quaterly data from PNADC; then, has proceeded with the measurement metrics that were: seasonally adjust and the interanual variation of the indicators.

Between the results which were been found, some of them deserve a spotlight, in first place, contrary to the national and tendency, there's a big correlation between the indicators of employed population and the economically

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



active population at Maranhão, so the decrease of the occupation, at Maranhão, also provokes the decrease of the work force. This movement means that, the loss of the employment of a maranhense worker raises the risk of reduction of the economic activity of the State, once that he loses the job, the Maranhense worker migrates, generally, to the inactivity and not to the desoccupation. So, the decrease in the unemployment level is directly related with the raise of non-economically active population. Concluding, therefore, that during the retraction periods of the occupied population, there's expansion of non-economically active population. That is, at Maranhão, the workers which loses theirs work stations during the retraction of the occupied population goes to the inactivity, and dont to the desoccupation, as usually would be .

In second place, verified a significant reduction of the own account workers, and a elevation in the indicators of desoccupied workers. Thus, it was found that the own account workers are the ones which have the biggest weight in the growth of the desoccupation rate, that it, the elevated growth of the desoccupation, in the Maranhã, can be, at least in part, explained by a migration of the own account workers to the desoccupation. In addition, noticed a relatively estable behavior in what says about the stock of formal jobs, althrough, of the interannual variation has shown relative growth,

Key words: Occupation, Desoccupation, Formality, Maranhão.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



1 INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa aqui apresentada é analisar e discorrer sobre o comportamento dos indicadores de ocupação e desocupação no Maranhão, bem como analisar o comportamento dos indicadores de formalidade e informalidade, para avaliar a influência desses indicadores sobre a economia Maranhense. O período avaliado na pesquisa compreende principalmente os anos entre 2012 e 2019. A fonte dos dados utilizados na análise é a PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios), que é uma pesquisa trimestral feita pelo IBGE.

O entendimento acerca da influência desses indicadores é importante para a compreensão de como funciona o mercado de trabalho Maranhense e a oferta de postos de emprego, podendo assim, ajudar na criação de políticas públicas efetivas e diretas para combater o desemprego e a desestruturação do mercado de trabalho estatal.

Na primeira parte, o artigo discorre sobre a relação entre os indicadores de inatividade e desocupação, e como a variação nos indicadores de ocupação afetam os indicadores de inatividade no Estado.

E, logo em seguida, trata do assunto da taxa de empregados que trabalham formalmente, e a evolução dos indicadores de formalidade, informalidade e conta-própria nos últimos anos no Brasil. E sobre como os trabalhadores por conta própria influenciam na variação desses indicadores.

2 DESENVOLVIMENTO

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

2.1 Conjuntura e Desocupação no Maranhão

O que se percebe ao analisar a tendência dos dados de desocupação no Maranhão, é que a variação interanual da taxa de desocupação no período compreendido entre 2012 e 2019 pode ser dividida em três momentos distintos em relação à tendência de comportamento dos indicadores da força de trabalho.



No primeiro momento, no período compreendido entre 2012 e 2014, verifica-se uma tendência de queda no indicador da taxa de desocupação, chegando a atingir 6%, sendo esse o menor valor no período analisado. Podendo se destacar também que o ano de 2014 foi o início do período de retração econômica do Brasil, que também atingiu o Maranhão de forma eminente. Diante de tais fatos, e de acordo com Silva (2019).

No período entre 2003 e 2014 exploram-se os anos de forte crescimento econômico, que possibilitaram a geração de empregos formais, redução da informalidade, elevação da renda e queda da pobreza e da desigualdade de rendimentos. Tal ciclo expansivo perdurou até a crise financeira de 2008-

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



2009, gerando impactos relativamente moderados no país. No início da década de 2010, marcado pelo período do governo Rousseff, aparentava-se uma retomada do desempenho pró-crise financeira, porém caminhou para uma crise econômica e política sem precedentes nos anos mais recentes, com efeitos especialmente danosos sobre o mercado de trabalho. (SILVA, 2019, p.45)

Com o aprofundamento da crise, percebe-se, então, uma ríspida inflexão nos indicadores, ou seja, a taxa de desocupação, que até então era decrescente, apresenta um considerável aumento, que corresponde ao segundo momento da dinâmica do mercado de trabalho, compreendendo o primeiro trimestre de 2014, e o primeiro trimestre de 2017.

Alguns dos fatores que influenciaram esse aumento exponencial nos indicadores de desocupação, segundo Silva (2019, p.53) foram “[...] entre 2015 e 2016 a economia sofreu uma série de choques negativos – deterioração dos termos de troca, ajuste fiscal, crise hídrica, desvalorização da moeda, desinvestimentos da Petrobrás, o aumento da taxa de juros etc. – que contribuíram para reduzir ainda mais o crescimento econômico”. Podendo também atribuir, pelo menos em parte, ao período de instabilidade política que acometeu o país a partir de 2015.

A recessão, aliada ao aumento das taxas de juros e a inflação acabaram minando a oferta de crédito no país, debilitando ainda mais a economia e retardando a recuperação econômica. E que também afetaram os indicadores e a criação de empregos no Maranhão de forma contundente. Dentre os fatores que influenciaram, Cacciamali destaca alguns.

O país apresenta desde 2013 déficits primários sucessivos, previstos para os próximos anos, sem existirem medidas concretas para diminuir a velocidade de seu crescimento. O déficit nominal, ou seja, a diferença entre o total das receitas e despesas se elevou como uma proporção do PIB, de 2,96% para 10,38% do PIB entre 2013 e 2015. Por sua vez o superávit primário de 1,72% do PIB, em 2013, transformou-se em déficit primário de 1,88% em 2015. E a relação dívida bruto-PIB elevou-se de 53,8% para 67,5% do PIB entre dezembro de 2013 e abril de 2016 (CACCIAMALI, 2016, p. 116).

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



Os indicadores de desocupação do Maranhão começam a se estabilizar, pelo menos relativamente, no início de 2017. Iniciando o ano de com uma taxa de 15%, marcando, então, o início do terceiro momento da taxa de desocupação.

Nesse período, a taxa oscilou pouco, se mantendo basicamente dentro dessa faixa, chegando ao ápice do período analisado no primeiro período de 2019, no qual a taxa de desocupação chegou a 16.3%, retrocedendo para 14.6% logo no período seguinte. A contenção de gastos públicos, incluindo o congelamento do teto de gastos, bem como uma série de outras medidas adotadas pelo governo federal tiveram influência na diminuição do crescimento da taxa de desocupação.

A taxa de desocupação do Maranhão em 2017 foi superior à taxa de desocupação média do Brasil em cerca de 2 p.p, seguindo, assim, uma tendência apresentada por boa parte dos Estados do Nordeste nesse período, dentre os quais pode-se destacar a Bahia, que, nesse período, foi um dos que apresentou os maiores índices de desocupação dentre os estados do Nordeste, chegando a apresentar uma taxa de desocupação de 18.6% nesse período.

2.2 A taxa de inatividade no Maranhão

Há uma particularidade que é percebida quando se relacionam os indicadores da população ocupada e da população economicamente ativa no Maranhão (força de trabalho), pois ambos apresentam uma estreita correlação, variando pouquíssimo um em relação ao outro no decorrer do tempo. Como pode ser percebido no gráfico abaixo, a queda da variação da população ocupada é seguida estreitamente pela queda da força de trabalho (PEA). Esse fenômeno não deveria ocorrer, em tese, porque, em geral, a perda da ocupação corresponderia ao aumento da desocupação, o que tornaria a força de trabalho (ocupado + desocupado) sem grandes alterações, exatamente como acontece no Brasil. No entanto, no Maranhão, como a queda da ocupação está diretamente correlacionada com a

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

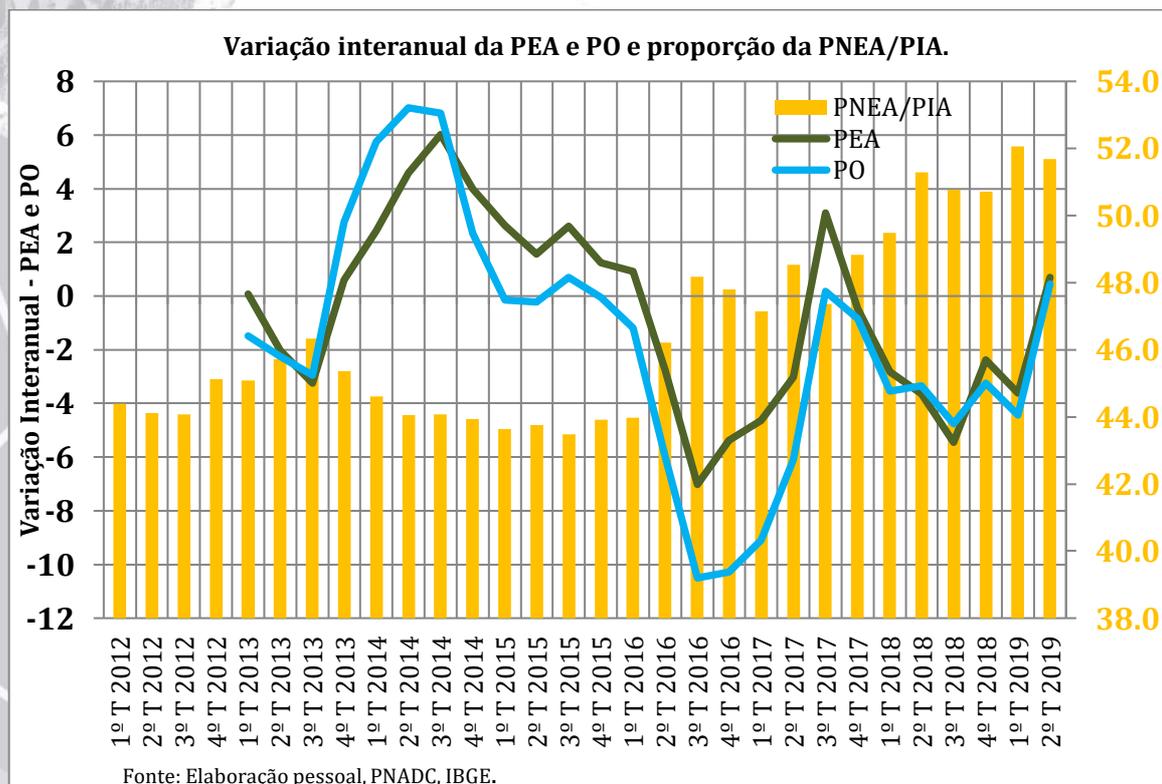


CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



PEA (Força de trabalho), isso sugere que os trabalhadores, ao perderem o emprego, não migram necessariamente para o desemprego ou desocupação, mas para a inatividade. É por isso que, no gráfico abaixo, há uma elevação do nível de inatividade (PNEA/PIA) quando há uma queda da população ocupada maranhense.

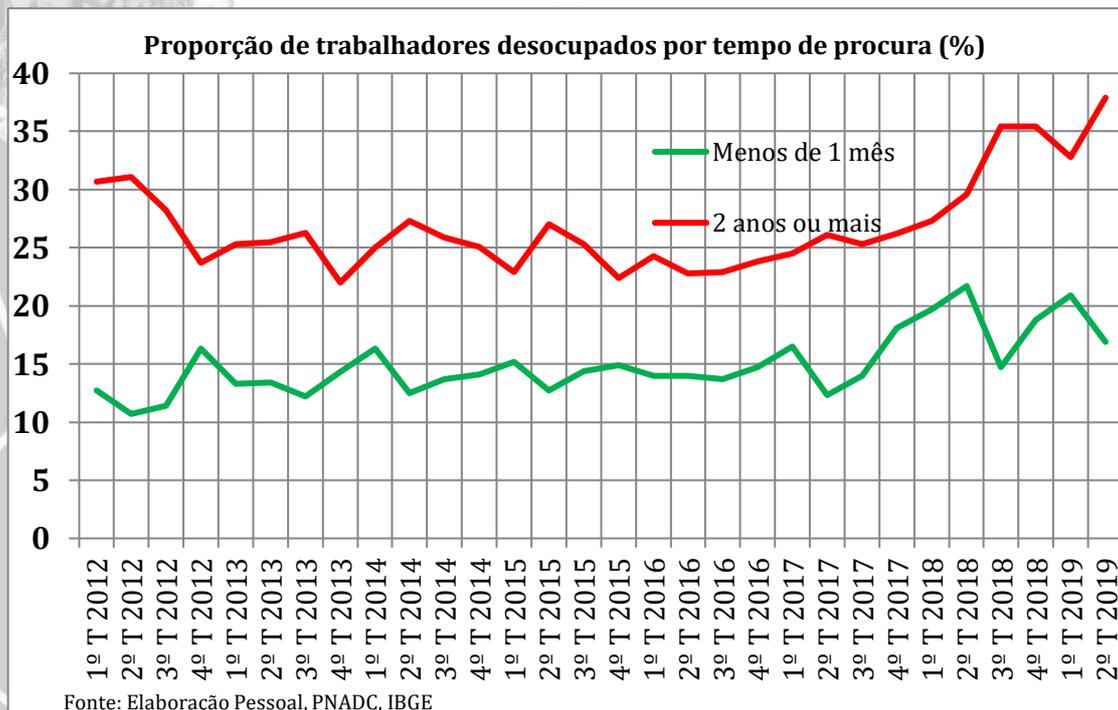


O período recessivo e o impacto alavancado sobre o Maranhão deve-se, em geral, ao que Holanda (2018, p.28) chamou de “operação desmonte”, referindo-se ao processo de redução dos gastos federais na Região, que se iniciou de forma mais intensa nos investimentos diretos em infraestrutura e nos investimentos do BNDES e que vai avançando rumo ao corte das transferências e dos gastos sociais, à medida em que prossegue o enrijecimento do orçamento e corte das despesas discricionárias.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



Ainda quanto ao aumento da inatividade, muito provavelmente, esse fenômeno se deve ao elevado tempo de procura por trabalho no Maranhão, o que acaba favorecendo o desalento dos trabalhadores.



Verifica-se que nos indicadores de tempo de procura por emprego, no Maranhão, houve uma sutil elevação no número de trabalhadores que procuram emprego há dois anos ou mais, e uma taxa quase constante no número de trabalhadores que procuram emprego a menos de um mês, essa sutil elevação demonstra uma saída dos trabalhadores que perdem seus postos de trabalho no Maranhão da população economicamente ativa. Pois a criação de postos de trabalho não tem sido suficiente para recolocá-los no mercado, portanto, eles desistem de procurar emprego, e, portanto, migram para a PNEA.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

Além disso, a maioria dos empregos gerados no período concentrou-se em empregos com baixa remuneração, demonstrando assim, um processo de desestruturação do mercado de trabalho Maranhense nos últimos anos.

No entanto, em 2014 a geração de emprego formal, bem como a economia do país e do estado entram em processo de desaceleração, e a partir 2015, essa alteração na trajetória aponta para um processo de desestruturação do mercado de trabalho, em ritmo e intensidade grave. (SILVA, 2019, p.16)

Denotando, dessa forma, que os trabalhadores do Maranhão têm encontrado um mercado de trabalho cada vez mais difícil e não inclusivo, no qual as oportunidades de emprego tem se tornado mais escassas e o mercado cada vez mais precarizado.

Esses aspectos envolvem a ocupação de maneira geral. Contudo, é importante conhecer especificamente a dinâmica da estrutura formal do Maranhão, principalmente porque é nessa estrutura que se encontram os melhores empregos, quer do ponto de vista da renda, ou da proteção social.

2.3 Mercado de Trabalho Formal no Maranhão: uma análise a partir da PNAD Contínua

2.3.1 Tendências Recentes no Brasil e no Nordeste:

Em geral, o mercado de trabalho brasileiro ganhou um novo impulso a partir da década de 2000, por conta da estabilização macroeconômica da economia Brasileira, bem como a desvalorização do real ante ao dólar que se iniciou nesse período, desvalorização essa que favoreceu o aumento das exportações e crescimento da economia Brasileira. Com uma gradual recuperação, o crescimento do emprego formal passa a acelerar, contribuindo também para diminuição da informalidade e do desemprego.

Segundo SILVA (2019, p. 61) no começo da década de 2010 até 2014, o crescimento do mercado de trabalho passa a desacelerar, e entre os anos de 2014 e 2016,

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



o país registrou o fechamento de 3,5 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, consequência da instabilidade econômica e do ambiente recessivo que se propagava. Como fatores determinantes para a dinamização do mercado de trabalho no Brasil, destacam-se a manutenção de algumas políticas macroeconômicas e a atuação do Estado.

No tocante a avaliação regional, ainda segundo SILVA (2019, p. 65) o crescimento do emprego formal observado no país, também reflete em todas as regiões do Brasil entre 2002 e 2014. Os maiores crescimentos registrados foram nas regiões Norte (6,6% a. a.) e Nordeste (5,4% a. a.), que resultaram em um aumento de participação, respectivamente, de 1,48 p. p. entre 2002 e 2014. Entretanto, entre 2014 e 2016, sob outro cenário, a mudança negativa no mercado de trabalho formal atingiu todas as regiões do país, mas com preponderância o Norte (-4,1% a. a.) e Nordeste (-3,9% a. a.).

Ademais, tratando-se do Nordeste, vale destacar que, como consequência da sua introdução tardia no ciclo de renda e investimentos, essa região é marcada por um processo abundante de especificidades em sua formação. Com marcas historicamente registradas de crescimento, impulsionado pelas políticas de incentivo implantadas pelo Governo Federal para o nordeste brasileiro.

No Maranhão, segundo SILVA (2019, p. 71), o governo Maranhense tentou acelerar o processo de desenvolvimento e inserção econômica desta região, ao longo da segunda metade do século XX, utilizando a sua política macroeconômica, em especial a de caráter fiscal. Assim, houve um vigoroso investimento com o propósito de garantir uma infraestrutura social e econômica em atividades produtivas possibilitando a instalação de médias e grandes empresas visando um aumento dos índices econômicos e produtividade.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



Entretanto, a tentativa de modernizar a economia maranhense, não foi vasta o suficiente para alterar qualitativamente o perfil produtivo do Estado ainda que tenham sido os principais indutores de investimentos e o que terminou por viabilizar uma expansão capitalista do Estado, em algumas poucas atividades, por meio de crédito e incentivos fiscais. Porém, tais investimentos pouco contribuíram para a estruturação da cadeia produtiva do Estado, pois foram pontuais e direcionados a setores intensivos em capital ou de atividades extensivas.

Moura, Paula e Freitas (2018) destacam características similares da economia nordestina com a maranhense, como uma elevada incidência de pobreza, baixo nível de desenvolvimento econômico e alta concentração de renda. Contudo, segundo a avaliação dos autores, apesar dos indicadores de desenvolvimento da região se encontrem posicionados abaixo da média nacional, os mesmos assumiram uma trajetória que revela melhoras significativas nas três últimas décadas. Fato esse, que se deve a dois fatores: os programas de transferência de renda (aposentadorias rurais, transferências constitucionais a estados e municípios) e investimentos em infraestrutura por parte do poder público (possibilitou uma melhora no ambiente de negócios regional, impulsionando assim os investimentos privados).

[...] quando tomado em consideração o período 2004-2013, é possível constatar que, enquanto a economia brasileira cresceu 9,7%, comparando o último ano dessa série com o primeiro, a economia do Nordeste cresce 13,6%. Mas um fato dos mais interessantes é que tal crescimento tenha atingido de forma mais intensa exatamente algumas das partes mais pobres da região, quando se relata que estados como o Maranhão e o Piauí, experimentaram uma expansão econômica da ordem de 21,9%, 20,3% respectivamente (MOURA, PAULA e FREITAS, p. 19, 2018).

Após 2004, apontam Paula e Holanda (2011), quando a economia brasileira juntou-se ao movimento de crescimento impactante do comércio internacional, a

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



dinâmica da economia maranhense teve seu forte crescimento baseado em três vetores: expansão das exportações de commodities agrícolas e minerais (alumina, ferro e soja); expansão das transferências federais, principalmente, o Bolsa Família; e, a expansão do crédito ao consumo e ao financiamento imobiliário. Contudo, a grande crise internacional que eclodiu em setembro de 2008, mostrou mais uma vez que o padrão de acumulação do Maranhão é vulnerável aos choques externos, além de insustentável no longo prazo. Desse modo, por ter uma estrutura produtiva fortemente dependente do comércio exterior, o Maranhão foi mais afetado do que o Brasil com a crise.

No âmbito do mercado de trabalho maranhense, houve uma notória melhora do grau de formalização das relações de emprego com maior intensidade no Maranhão do que no conjunto do país. Quando observado a média de crescimento entre os anos de 2003 e 2014, o Estado apresentou expressivo aumento no emprego formal, com registro de 7,0%, enquanto que o Nordeste e o Brasil atingiram taxas de 5,4% e 4,7%, respectivamente (SILVA, 2019, p. 75).

Ademais, Duailibe (2010), frisa como outro fator relevante para o crescimento do emprego formal, a atuação do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), que se tornou responsável, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, pela regulação das condições de trabalho no país.

A partir da década de 1990, a Inspeção brasileira tem diversificado a sua atuação, no sentido de promover também a proteção focada em segmentos da população particularmente vulneráveis: crianças e adolescentes em situação de trabalho, jovens sem experiência no mercado de trabalho, pessoas portadoras de deficiência e trabalhadores expostos a condições degradantes ou análogas a de escravo. Para cada um desses temas/grupos de trabalhadores foram criados grupos especializados de inspetores nas regionais do Ministério do Trabalho e do Emprego (DUAILIBE, p. 151, 2010).

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



Desse modo, segundo SILVA (2019, p. 76), do mesmo modo como verificado para o Brasil, o número de estabelecimentos formalizados aumentou de forma significativa no Maranhão, apresentando um crescimento a taxas constantes, mesmo com as diferentes conjunturas econômicas vivenciadas entre 2000 e 2016. No período de expansão econômica houve um crescimento de 7,2% a.a. do número de estabelecimentos, enquanto que no período de recessão econômica o ritmo de crescimento caiu para 1,8% a.a.

Outrossim, grande parte da ampliação do emprego formal no período poderia ser atribuída à simples formalização de micro e pequenas empresas- MPE, pois nota-se as elevadas taxas de crescimento do número desses estabelecimentos, logo, seriam estas empresas que teriam sofrido o processo de formalização por fiscalização e que teriam recebido benefícios para se regularizar. Entretanto, a expansão do emprego formal entre 2003 e 2014 deve ser atribuída mais amplamente à retomada do crescimento da economia, o que motivou o surgimento de novos estabelecimentos de diversos tamanhos e em taxas muito altas, ou seja, tanto pequenas quanto médias e grandes empresas (SILVA, 2019, p.78).

Entretanto, verificou-se que o crescimento no Maranhão, entre 2003 e 2015, passou por diversas mudanças, enfrentando um cenário de grande crise mundial, mas, assim como o emprego formal, pode-se dizer que teve bom desempenho na década analisada, com forte recuperação em 2010, seguida de desaceleração nos anos seguintes.

A partir de 2015, devido ao efeito reverso do superciclo de commodities no plano internacional, a recessão e a crise fiscal e político institucional no plano nacional, e os graves impactos da estiagem que afeta o Nordeste e muito particularmente o Estado, a economia maranhense segue pressionada (IMESC, 2016).

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



Sendo assim, a formalização dos empregos foi fortemente abalada com a chegada do período de recessão da economia brasileira, não tendo ainda se recuperado totalmente desde então.

Do ponto de vista do período mais recente (especialmente o período coberto pela PNADC, de 2012 a 2019), emprego com carteira assinada (formal) no Maranhão, apresenta uma baixa amplitude, ou amplitude regular, do início da série, que começa em 2012, até o quarto trimestre de 2014. Entretanto, de 2015 ao segundo trimestre de 2018, o emprego formal tem um comportamento irregular, com maior amplitude. Cumpre destacar que o emprego formal no Estado tem baixíssima representação na estrutura ocupacional, sendo responsável por cerca de apenas 25% dos empregos, tendo pouquíssima influência no nível de ocupação ou desocupação do Estado.

Os dados apontam, em geral, que os trabalhadores por conta própria, por outro lado, têm uma ligação direta com a taxa de desocupação, ou seja, os trabalhadores por conta própria são os que têm um maior peso nas oscilações da referida taxa.

3 CONCLUSÃO

Dessa forma, percebe-se que, a partir dos dados apresentados sobre os indicadores de desocupação e inatividade no Maranhão, e a correlação que ambos apresentam, que esse aumento da PNEA dá-se, em boa parte, por conta de uma migração das pessoas da PO e PEA, que, ao perderem seus postos de trabalho, por não encontrarem oportunidades de reinserção no mercado de trabalho, não migram para o desemprego (que é caracterizado pela continuidade no processo de procura pelo posto de trabalho), mas, pelo que os dados demonstram, para a inatividade (no qual os trabalhadores, por conta de fatores econômicos ou sociais, desistem de procurar emprego). A dificuldade de encontrar um posto de trabalho por esses trabalhadores agrava ainda mais e prolonga o período de recessão econômica.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



Do ponto de vista da estrutura ocupacional formal, apesar o quadro de elevada formalização principalmente até 2010, o quadro também é desalentador uma vez que os empregos formais no Maranhão ainda continuam com baixíssima penetração no mercado de trabalho e tem reduzido impacto nas variações do nível de ocupação do Estado.

REFERÊNCIAS

SILVA, Rafael Thallyson Costa. **Desenvolvimento regional e mercado de trabalho formal: uma análise para o Maranhão e suas regiões geográficas no período de 2000ª 2016**; São Luis: PPGDSE/UFMA, 2019.

GAEPP. **Crise e mercado de trabalho no Maranhão x Brasil: o que apontam os últimos dados do CAEGD e da PNAD-Contínua?** São Luis: Observatório Social e do Trabalho, 2016.

IMESC. **Boletim de conjuntura econômica maranhense. 3o trimestre de 2016, São Luís, 2016.** Disponível em: < <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/112>> Acesso em 14 abr de 2018.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

